

O Senado não se curvou



Antonio Neto
Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

A SESSÃO DO SENADO FEDERAL que julgou o presidente Renan Calheiros ficará na História de nosso país como um momento decisivo. Os que acompanharam com isenção e equilíbrio o desenrolar dos acontecimentos sabem o essencial da questão: sem que houvesse provas, setores da mídia, destacando-se, no episódio, a revista "Veja", tentaram levar o presidente do Senado e do

Congresso à execração – e, mais que isso, à execução – pública. Não é difícil perceber o que seria um Senado que colaborasse para que seu presidente fosse executado e exposto à execração por um movimento com um viés nitidamente golpista.

A decisão eleva a autoridade moral e política de um dos pilares da República, por conta da determinação de 46 senadores – 40, que votaram contra a cassação e 6 que se abstiveram. E pela altivez do senador Renan Calheiros, que, mais do que ninguém, cumpriu um papel fundamental ao resistir às chicanas e denunciar a hipocrisia alheia, especialmente dos neo-udenistas de sempre, camuflados como sempre no velho e surrado discurso da ética.

Renan desvendou, também, em denúncia feita da tribuna do Senado, a negociata promovida pelo grupo Abril, para permitir que a TVA (tevé a cabo) caísse no domínio de grandes grupos de comunicação internacionais, inclusive o sul-africano Nasper, conhecido pela sua posição rascista naquele país, o que não é permitido pela Constituição brasileira.

A postura de Renan, com sua recusa à rendição, apregoada aos quatro ventos pelos golpistas, mostrou que basta não se intimidar para impedir a consumação da chicana.

Tem plena razão, em sua nota ao final da votação, ao dizer que "o resultado da votação de hoje é uma vitória da democracia". E acrescentou: "confirmamos que é preciso acreditar nas instituições, fortalecê-las e não perder a confiança de que a verdade sempre prevalecerá".

Vale a pena registrar outro trecho de seu importante documento: "Não guardo mágoa, nem ressentimentos. O único sentimento que me move é o do entendimento e do

A decisão eleva a autoridade moral e política de um dos pilares da República, por conta da determinação de 46 senadores

diálogo. Esse processo se encerra com a reafirmação do mútuo respeito e da serenidade que sempre caracterizaram a convivência política nesta Casa. Não tenham dúvidas. Saberei corresponder aos anseios da instituição e aproximá-la cada vez mais da sociedade brasileira".

Desde o fim da ditadura determinados setores da mídia passaram a

ser o principal sustentáculo dos interesses internacionais em nosso país. Nessa empreitada, notabilizou-se a revista "Veja", do grupo Abril, sempre submissa às matrizes de fora. Trata-se de um grupo formado a partir do exterior, cujos responsáveis chegaram ao Brasil trazendo na mala um contrato para publicar aqui as revistas da Disney.

O pioneiro da publicidade nacional, Genival Rabelo - homenageado duas vezes pelo Senado, por iniciativa do senador Bernardo Cabral – já havia demonstrado em seus livros, sobretudo em "O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira", o caráter estrangeiro e ilegal do grupo Civita. Esse livro foi publicado em 1966 – portanto, há mais de 40 anos. Rabelo mostra como o monopólio estrangeiro da publicidade instalou-se em nosso país a partir da chegada de Civita, em 1950, e como o império de revistas do grupo foi turbinado pela descarga de publicidade das agências norte-americanas atuando aqui dentro.

O grupo destacou-se, ao longo dessas décadas, pelo total desprezo às leis e instituições do país, completa falta de limites e escrúpulos, permanente tentativa de enlamear o que é nacional, popular e brasileiro – e sua permanente campanha de difamação e calúnia sobre qualquer

personalidade que tenha alguma identidade com os valores que formam a nossa nação e o nosso povo.

Encontramos em vários momentos de nossa história a ação sistemática de setores da mídia contra determinadas personalidades representativas da nação e do povo, como Getúlio, Jangô e Juscelino. Na historiografia brasileira mais recente, a "Veja" tem se notabilizado por sua insistente tentativa de atingir o presidente Lula e seu governo, especialmente naquilo que ele tem de melhor.

E, agora, mais recentemente, foi a vez do presidente Renan, que cometeu o "crime" de não se submeter à sanha midiática, recusando-se a incluir, entre os vetos presidenciais a serem apreciados pelo Congresso Nacional, a famigerada Emenda 3 – uma verdadeira reforma trabalhista, que simplesmente liquidaria com a fiscalização do trabalho e permitiria a proliferação das fraudes representadas, hoje, pelos chamados "PJs" (trabalhadores destituídos de toda proteção trabalhista).

O episódio que engrandeceu o Senado deve, agora, servir para que o Congresso Nacional coloque na ordem do dia a discussão sobre a democratização da mídia, sem o que é impossível imaginar um país democrático, soberano e cidadão.